



# Anais da Assembléia

N.015

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 23 DE MARÇO DE 1988

ANO XIV

2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 012.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 1.988  
QUARTA-FEIRA.

Presidência do Sr. Deputado Eduardo Baggio, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Lindolfo Júnior.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielise Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio)- Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura das Atas das sessões anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- Estão em votação as atas que acabam de ser lidas. Aprovadas.

O SR. PEDRO TONELLI- (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - A Mesa defere, e solicita ao Senhor 1.<sup>o</sup> Secretário que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

É procedida a chamada nominal dos Sen-

hores Deputados.

Trinta e sete Senhores Deputados responderam a chamada nominal. Há "quorum" para deliberação.

Aprovadas as Atas.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO- procede à leitura do seguinte

## E X P E D I E N T E:

Ofício:

### OFÍCIO

Curitiba, 03 de março de 1988.

Senhor Presidente.

Venho pelo presente, através de Vossa Excelência, colocar-me, uma vez mais, tendo em vista já tê-lo feito desde 08.06.1987, de acordo com expediente protocolado nessa Egrégia Casa de Leis, sob n.<sup>o</sup> 5.074, à disposição da Comissão Parlamentar de Inquérito do Porto de Paranaguá, melhora agora que me encontro despidido de qualquer imunidade, para prestar informações ou declarações, sobre a minha gestão à frente do Depósito Franco Paraguai e como administrador do Silo Paraguai, em Paranaguá, a fim de que não paire qualquer dúvida da atuação desenvolvida, malgrado a impertinência e a irresponsabilidade de alguns que, tendo mentes doentias, procuraram enodoar e enxovalhar um seu semelhante, desmedida e violentamente.

Assim, acreditando ser do interesse dos integrantes da aludida C.P.I., ouvir a todos, indistinta e bilateralmente, para formar opinião imparcial e justa, desprovida de prejulgamento, diante de acusações descabidas e improvas, espero que o bom senso prevaleça e se possa alcançar a verdade, sobretudo, pois, ninguém neste mundo está livre e isento de em algum dia ser atingido por mentiras e injustiças, mesmo porque, os homens passam e a consciência de cada um persistirá.

No aguardo do aprazamento de data e hora que a mencionada C.P.I., certamente definirá em breve, quem sabe, possa eu contrariar quando ouvido a máxima existente no Direito na qual "o ônus da prova pertence a quem acusa", o que até então não aconteceu, oportunidade em que demonstrarei com humildade, mas realisticamente e de forma cabal, que fui vítima da mais sórdida e repulsiva trama ideológica extremista que um ser humano infamemente sofreu.

Outrossim, adianto a quem possa interessar, que no encerramento dos trabalhos

da C.P.I., com a ajuda de Deus, terei, ainda, perseverança e vigor necessário para levar até a Justiça do Brasil, os detratadores da honra alheia.

Sala das Sessões, em 23.03.88.

(a) JUSTO ERIS ALMADA INFRAN.

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência na tramitação do Projeto de Lei n° 249/87, de autoria do requerente, e que dispõe sobre a criação do Conselho Deliberativo e Fiscal do Instituto de Previdência do Estado - IPE, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 23.03.88.

(a) ALGACI TÚLIO.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 386/87, de sua autoria que versa sobre a Declaração de Utilidade Pública do Centro Espírita Beneficente União do Vegetal- Pré Núcleo Cosme e Damião, nos termos que especifica.

Sala das Sessões, em 23.03.88.

(a) PAULO FURIATTI.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Discussão e Votação para os Projetos de Lei n°s 39 e 40/88, constantes da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 23.03.88.

(a) HERMAS BRANDÃO.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUEREM, que as sessões ordinárias dos dias 29 e 30 do mês em curso, sejam destinadas a trabalhos das Comissões. Tal solicitação é decorrente do fato de na semana correspondente a 28 de março a 01 de abril, dia 28 (2.ª feira) ser feriado municipal e os dias 31/03 e 01/04, serem dias santificados.

Sala das Sessões, em 23.03.88.

(aa) CAÍTO QUINTANA

Líder do PMDB.

ERONDY SILVÉRIO

Líder do PTB

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS

BASÍLIO ZANUSSO

Líder do PFL

RAFAEL GRECA

Líder do PDT

EZEQUIAS LOSSO

Líder do PL

PEDRO TONELLI

Líder do PT.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de votação para Redação Final, ao Projeto de Lei n° 40/88, oriundo do Anteprojeto de Lei elaborado pelo Tribunal de Contas do Estado, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal Efetivo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e adota outras providências.

Sala das Sessões, em 23.03.88.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de votação para Redação Final, ao Projeto de Lei n°39/88, que objetiva alterar os vencimentos dos cargos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, visando ainda integrar a tabela no texto da Lei n° 8.671, de 21.12.87.

Sala das Sessões, em 23.03.88.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Douto Plenário, seja dedicada a Sessão Plenária Ordinária de hoje, do Poder Legislativo à Juventude, pela comemoração nesta data do seu dia internacional.

Certamente a data se passa muito mais como um dia de protestos, do que como um dia de festa, uma vez que a real situação do setor, jovem do Brasil é cruel e assustador: cresce o analfabetismo, a delinquência juvenil, a exploração através das drogas e outros meios, além do crescente processo de utilização dos jovens como mão-de-obra barata nos balcões do malfadado e selvagem capitalismo deste País.

Acreditamos que a participação da juventude tende a crescer nos próximos anos, inclusive com o surgimento de novos e legítimos líderes, principalmente em função do voto aos dezesesseis anos, que deverá eleger representantes realmente comprometidos com as causas e as propostas dos

mais jovens.

Sala das Sessões, em 23.03.88.

(a) ALGACI TULIO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor Milton Vasconcellos Prado, ilustre fundador da cidade de Guairacá-PR, vítima de acidente automobilístico na Rodovia do Café, próximo ao Município de Ortigueira, no dia 17 de março próximo passado.

Sala das Sessões, em 23.03.88.

(a) EDUARDO BAGGIO

#### JUSTIFICATIVA:

Lamentamos profundamente a morte do Senhor Milton Vasconcellos Prado, e nos solidarizamos para com todos seus familiares, pois com sua falta, perdemos um homem de grande fibra que há muito já convivia conosco.

REQUER, ainda, que do presente, seja dada ciência a todos os seus familiares.  
Endereço: Rua Dinamarca, 188 - Londrina-PR.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Ney Frederico Bilik, ocorrido dia 12 de março no Município de Piraquara.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 23.03.88.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Aos 62 anos de idade, faleceu no Município de Piraquara, o empresário Senhor Ney Frederico Bilik, deixando viúva a Senhora Leony Cecília Bilik, quatro filhos e seis netos.

O extinto foi um dos desbravadores do Sudoeste do Paraná.

O passamento do Senhor Ney Frederico veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de todo o seu círculo de amigos.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sente-se no dever de associar-se à dor que abalou a família Bilik endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consig-

nação em Ata da presente sessão, de voto de profundo pesar, pelo passamento do Senhor João Mateus de Souza, aos 54 anos de idade, na cidade de Ponta Grossa, em data de 22 de março em curso.

O extinto era esposo da Senhora Maria Cenira da Rocha e deixa os seguintes filhos: João César, Sérgio Alencar, Glaci, Glaciani, Cirlene, Andréa e Anderson.

O infausto acontecimento veio sensibilizar de forma profunda a sociedade pontagrossense, onde possuía muitos amigos e onde, desenvolvia suas atividades profissionais, sendo inclusive um inestimável colaborador, representando, na qualidade de Presidente a Associação de Pais e Mestres da Escola 31 de Março, situada na Vila 31 de Março, bem como, Vice-Presidente da Associação de Moradores do Conjunto Residencial 31 de Março, daquele Município.

Desta decisão, REQUER, ainda, seja dada ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Quadra 0, n° 3 - Vila 31 de Março - Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 23.03.88.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao CONPATRI - II Congresso Brasileiro de Segurança Patrimonial.

Sala das Sessões, em 23.03.88.

(a) NESTOR BAPTISTA

#### JUSTIFICATIVA:

Nosso pedido encontra respaldo pelo fato da importância deste evento, o qual tem como meta expor os métodos utilizados para garantir segurança física eletrônica, vigilância, combate a incêndio, segurança ocupacional e ergonomia material antiterrorismo e segurança pública, propiciando à população maior segurança e bem-estar.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Celso Hanke Camargo, enviando-lhe votos de congratulações e cumprimentos por ter assumido o cargo de Gerente de Aplicações da Caixa Econômica Federal, filial do Paraná.

Sala das Sessões, em 23.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja en-

viado votos de congratulações ao Dr. Pedro Arthur Sampaio, pela sua posse no próximo dia 17 de março como Superintendente Estadual da LBA no Paraná.

O Dr. Pedro Arthur Sampaio é pessoa de reconhecido valor e capacidade em nosso Estado, tendo anteriormente prestado excelentes serviços na Subchefia da Casa Civil.

Sala das Sessões, em 23.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, em pleno uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa, um voto de louvor ao eminente Jornalista Francisco da Cunha Pereira Filho, que, através de seus pronunciamentos mantiveram aceso o movimento em prol do pagamento de "royalties" ao Paraná pela usina de Itaipu, quando da inundação de suas terras, e que culminou com a sua aprovação pela Constituinte.

Sala das Sessões, em 23.03.88.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

#### JUSTIFICATIVA:

Alguns homens de imprensa têm tido notoriedade, mas bem poucos têm tido a sensibilidade para defender pontos cruciais, que incomodam a todos.

O Jornalista Francisco da Cunha Pereira Filho, foi muito feliz ao pronunciar-se, como gostariam de ter feito muitos paranaenses, em prol do pagamento de "royalties" ao Paraná pela inundação das terras quando da construção da usina de Itaipu, agora, aprovado pela Constituinte.

A construção de hidrelétrica é fato decisivo para o desenvolvimento do País, e o Paraná tem contribuído com um quinhão considerável de terras, mas em consequência da inundação, a produção agrícola é prejudicada em alguns municípios, o mesmo ocorrendo com atividades industriais e há conseqüentemente perda de receita tributária.

No caso da Usina de Itaipu, cerca de 780Km<sup>2</sup> de território paranaense foram inundados, com a agravante de que o Paraná cedeu as pressões do Governo Federal concedendo à Binacional, isenção de taxas e impostos estaduais.

Paranaenses ilustres têm defendido a tese de pagamento de "royalties" ao Paraná, mas foi a eloquência das palavras de Francisco da Cunha Pereira Filho, que emitidas através da força e representatividade da "Gazeta do Povo" que trouxe à causa uma vitória efetiva.

O nosso voto de louvor ao eminente jornalista Francisco da Cunha Pereira Filho, está repleto de gratidão e de espe-

rança paranaense, de que em outras ocasiões quanto a necessidade de proteger os interesses do nosso Estado se fizer presente, sua voz novamente ecoe, firme e forte pelo Paraná e seu povo.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, Governador do Estado do Paraná e ao Excelentíssimo Senhor Dr. José Carlos Gomes de Carvalho, Secretário de Estado da Indústria e do Comércio, solicitando a manutenção de entendimentos para a implantação, em regime prioritário, de uma Escola Técnica Industrial em Maringá.

Sala das Sessões, em 23.03.88.

(a) FERRARI JÚNIOR

#### JUSTIFICATIVA:

É em atenção ao nobre edil Nereu Vidal César, da Câmara Municipal de Maringá, que requeremos e expomos que, a ausência desse benefício resulta na permanente falta de mão-de-obra especializada em toda a região, o que vem ocasionando sensíveis barreiras a um maior desenvolvimento econômico de Maringá, tendo em vista que a implantação de novas indústrias também está afeta à existência de um centro de formação de profissionais na cidade. Contudo, permanecemos apenas na expectativa do preenchimento de tão importante lacuna e a falta dessa infra-estrutura implica na perda de valiosos e significativos investimentos de grandes grupos nacionais, que preferem buscar melhores condições de trabalho em centros urbanos mais privilegiados e conscientizados de tão indispensável necessidade.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Engenheiro Heinz Georg Herwig, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando autorizar o DER - Departamento de Estradas e Rodagem do Estado, a construir o trevo de acesso ao CEASA, em Maringá.

Sala das Sessões, em 23.03.88.

(a) FERRARI JÚNIOR

#### JUSTIFICATIVA:

Em atenção ao requerido pelo nobre edil Antenor Sanches, da Câmara Municipal de Maringá, informa que tendo em vista as precárias condições em que se encontra aquele trecho da rodovia, colocando em risco de acidentes de trânsito os atacadistas de hortifrutigranjeiros lá instalados, bem como os usuários.

Segundo informações prestadas pelo Executivo Municipal a quem foi recorrido foi obtida a informação de que tal construção, já projetada, é de responsabilidade do órgão estadual.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Superintendente Regional do INAMPS, solicitando maiores estudos para o não fechamento daquele órgão, o que em muito prejudicaria os previdenciários do Município de Nova Esperança.

Sala das Sessões, em 23.03.88.

(a) FERRARI JÚNIOR

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, sejam oficiados os Excelentíssimos Senhores Senadores da República e os Excelentíssimos Deputados Federais, eleitos por Maringá, solicitando apoio ao documento do nobre edil Tércio Hilário de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Maringá, no sentido de gestionar junto aos órgãos competentes federais, para a criação de um Centro de Pesquisas de Milho de Maringá, bem como a instalação de um Núcleo da EMBRAPA e um escritório da EMATER, no Município de Maringá.

Sala das Sessões, em 23.03.88.

(a) FERRARI JÚNIOR

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o Plenário, que seja oficiado o Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Doutor Heinz Georg Herwig, solicitando informar sobre o Programa de Rodovias Rurais/Sudoeste do Paraná com especial ênfase para o Município de Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 23.03.88.

(a) JOÃO ARRUDA

## JUSTIFICATIVA:

Tem-se conhecimento de que o Governo do Estado planejou construir e pavimentar cerca de 7.500 quilômetros de estradas municipais.

Partindo dessa informação, solicitamos por meio de requerimento à Mesa da Assembleia, ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes a inclusão do trecho Barra Bonita-PR 182, Município de Francisco Beltrão no aludido Programa. Respondeu o Senhor Secretário, atenciosamente, não haver pos-

sibilidade imediata da solicitada inclusão, devido ao Programa de Rodovias Rurais já estar definido.

A solicitação ora feita supre a necessidade de conhecermos o Programa e o seu andamento, a fim de que, ao correr do exercício, possamos seguir o seu desenvolvimento de acordo com interesse da Região Sudoeste e, especialmente, do Município de Francisco Beltrão.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o Plenário, encaminhamento de ofício ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, encarecendo a necessidade de criação da Vara de Família, Menores e Registros Públicos, na Comarca de Francisco Beltrão, em razão do elevado volume de serviço e outras razões relevantes.

Sala das Sessões, em 23.03.88.

(a) JOÃO ARRUDA

## JUSTIFICATIVA:

Considerando os termos do anteprojeto de alteração do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado que prevê a instalação da Segunda Vara Criminal de Francisco Beltrão, a qual representa a Quarta Vara daquela Comarca e, mais o grande movimento forense, cujo volume de serviço coloca Francisco Beltrão em plano de equivalência com outras Comarcas já contempladas com elevação à entrância final, além do fato de estarem em desenvolvimento vários programas importantes - Conselho da Comunidade, Liderdade Assistida ao Menor Infrator, Pró-Egresso, Mini-presídio para 200 internos - solicita-se mais a criação da Vara de Família de Menores e Registros Públicos, na Comarca de Francisco Beltrão, o que a colocará entre as que poderão ser elevadas à entrância final. Fazemos acompanhar o presente requerimento de cópia do memorial dirigido à Presidência do Tribunal de Justiça do Paraná sobre o mesmo assunto, arrolando os números que caracterizam os serviços da Comarca.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, em pleno uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, Governador do Estado do Paraná, solicitando providências que viabilizem a imediata reintegração de posse da extinta Escola Rural Estadual Capoeira Grande localizada no Município de Piraquara.

Sala das Sessões, em 23.03.88.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

Em um terreno doado verbalmente pelos moradores, foi construída pela FUNDEPAR, uma escola para atender as crianças da comunidade.

A escola, construída na antiga Fazenda do Capão, atual Capoeira Grande, funcionou de 1956 até 1980, quando o Senhor Roberval Kugler Mendes, brasileiro, casado, advogado, dizendo-se proprietário, apoderou-se do imóvel, transformou-o em salas de despejo mesmo sem apresentar documentos que comprovassem a legalidade da sua posse.

Em consequência disso, duzentas crianças em idade escolar estão sem frequentar as aulas.

Considerando as nefastas consequências que uma interrupção desta natureza pode trazer a estas crianças, solicitamos o empenho de Vossa Excelência, no sentido de corrigir este estado de coisas, determinando aos canais competentes a imediata retomada de posse do referido imóvel.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Governador Álvaro Dias, enviando-lhe os cumprimentos desta Casa de Leis pela realização, nesta data, do I SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE A CONVERSÃO DA DÍVIDA.

Sala das Sessões, em 23.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente às autoridades abaixo nominadas, manifestando o nosso repúdio aos aumentos registrados nos preços de mensalidades da rede particular de ensino, e ao mesmo tempo solicitar às autoridades competentes que tomem medidas efetivas contra estes abusos, e que órgãos como o Conselho Estadual de Educação não venham através de proposição, declarar-se incapaz de fiscalizar e controlar os preços, principalmente das escolas de nível superior da rede privada, comprometendo, de forma clara, o Governo pela sua omissão diante de tão grave assunto.

1. Governador Álvaro Dias.
2. Ministro da Educação, Senhor Hugo Napoleão Neto.
3. Secretário de Estado da Educação, Senhor Belmiro Valverde Jobim Castor.

Sala das Sessões, em 23.03.88

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Comando Geral da Polícia Militar, visando aumento do efetivo do 3º Batalhão da Polícia Militar, para atender os problemas de segurança em toda a Região Sudoeste.

Sala das Sessões, em 23.03.88.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA

JUSTIFICATIVA:

O expressivo desenvolvimento alcançado nos últimos anos em toda a Região Sudoeste, em todos os níveis, por si só reclama aumento do efetivo da Polícia Militar, pois o 3º Batalhão compreende assistência a trinta municípios.

O número de elementos que compõem o 3º Batalhão da Polícia Militar é hoje, insignificante para atendimento das necessidades na área de segurança, eis porque, encarecemos dos nobres Pares, anuência ao solicitado, e que do presente, se dê ciência à Câmara Municipal de Vereadores de Pato Branco, através do seu Presidente, Vereador Neri Antônio Garbin.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Desde a grande mobilização da população brasileira por eleições diretas para Presidente da República, em 1984, o povo anseia pelo restabelecimento de eleições gerais livres e democráticas para a Chefia da Nação.

Em que pese este desejo ser evidente, a classe política tem sistematicamente postergado tal decisão, impossibilitando a realização da legítima vontade popular.

Não menos evidente é o desejo popular para que o Presidente José Sarney (por acaso), tenha seu mandato reduzido para quatro anos. Prova disso, são as constantes pesquisas e as manifestações realizadas em todos os Estados brasileiros.

Mais um ano para o Presidente significa o amordaçamento do povo brasileiro, significa manter o continuismo, a política do toma-lá-da-cá, tão vil quanto ou mais do que os crimes mais horrendos tipificados em nossa legislação penal. Isto porque, fere os mais legítimos interesses da população tratando a coisa pública com mercenarismo para saciar a sede sem freio de pessoas ou grupos apaniguados. A população exige imediatamente um basta a este estado de coisas.

Por isso, REQUEIRO, após a manifestação do Plenário, o envio de expediente a todos os Deputados e Senadores paranaenses solicitando esforços no sentido de aprovar nas disposições transitórias da Constituição Federal, a fixação do mandato do Pre-



sidente José Sarney em 04 (quatro) anos, como prova de fidelidade à vontade popular manifestada em todas as ruas, praças e remotos rincões brasileiros.

Requer, ainda, o envio de cópia do mesmo a todas as lideranças partidárias no Congresso Constituinte.

Sala das Sessões, em 23.03.88.

(a) PEDRO TONELLI.

Apoiamento: Algaci Túlio e Valderi Mendes Vilela.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, Doutor Belmiro Valverde Jobim Castor, solicitando do mesmo, providências no sentido da ampliação e da criação do 2º grau na Escola Estadual Doutor Willie Davids de Londrina.

A medida visa atender a uma necessidade da comunidade que demanda por mais vagas nas escolas públicas do Estado.

Sala das Sessões, em 23.03.88.

(a) HOMERO OGUIDO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Superintendente do Instituto de Previdência do Estado - IPE, Doutor Jaime Paciornick, solicitando do mesmo providências no sentido da construção de um prédio para abrigar a instalação de um Posto Regional do IPE, em Porecatu.

A medida visa ampliar os recursos para atendimento dos previdenciários, beneficiando o funcionalismo público daquela região do Norte de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 23.03.88.

(a) HOMERO OGUIDO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Renato Archer, Digníssimo Ministro da Previdência e Assistência Social, no sentido de agilizar a indicação de Representante da Previdência Social Rural, para o Município de Umuarama-Pr.

Requer, ainda, que se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Antônio Romero Filho, mui digno Prefeito Municipal e ao ilustre Vereador Doutor Massachi Mariushi, daquela Cidade.

Sala das Sessões, em 23.03.88.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Edson Gradia, Secretário do Esporte, no sentido de estudar a possibilidade de fornecer 14 passagens ida e volta Curitiba/Belém, para a equipe feminina de Voleibol que participará do campeonato Juvenil a ser realizado na Capital do Pará, de 24 à 30 de abril de 1988, e, mais 14 passagens ida e volta Curitiba/Natal para a equipe Masculina de Voleibol que irá participar do campeonato Brasileiro Juvenil da 1ª Divisão na Capital do Rio Grande do Norte, representando o Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 23.03.88.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

#### JUSTIFICATIVA:

O pleito que ora pretendemos encaminhar ao Senhor Secretário de Estado do Esporte, é de mais alta relevância, por vários motivos, alguns que dizem respeito ao conceito do nosso Estado no contexto nacional e ao interesse da nossa juventude.

O Paraná jamais deixou de participar de competições desse nível, onde mostrou sempre um desempenho dos mais elogiáveis, seja na competição propriamente dita, seja no âmbito da integração e congraçamento.

As competições não servem de tão somente para a conquista de louros esportivos como troféus e medalhas. Muito mais servem para divulgar o Paraná e para dar aos demais Estados uma visão dos níveis em que nos situamos.

Deixar de comparecer é renegar a todo o trabalho que tantos paranaenses fizeram até aqui, é perder uma grande oportunidade de elevar o nome do nosso Estado perante as demais unidades da federação. Não bastasse isso faltar com o apoio aos nossos esportistas é truncar o trabalho que arduamente vem sendo realizado, com imprevisíveis prejuízos. Faltar com o apoio nesta hora é frustrar a nossa juventude, correndo um sério risco de num futuro, quem sabe próximo, amargarmos decepções.

Entendemos que o auxílio ora solicitado pode ser classificado até como irrisório diante da validade dos propósitos. Os jovens esportistas paranaenses necessitam do nosso apoio, portanto, o momento é de não gerarmos frustração.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente aos Excelen-

tíssimos Senhores Doutor Álvaro Fernandes Dias, Digníssimo Governador do Estado, Doutor Belmiro Valverde Jobim Castor, Secretário de Estado da Educação, e ao Doutor José Carlos Gomes de Carvalho, Secretário de Estado da Indústria e Comércio, solicitando a implantação em regime prioritário, de uma Escola Técnica Industrial na Cidade de Maringá.

Sala das Sessões, em 23.03.88.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA.

#### JUSTIFICATIVA:

A ausência de uma Escola Técnica Industrial na Cidade de Maringá, resulta na permanente falta de mão-de-obra especializada não somente em Maringá, mas em toda aquela vasta região, o que vem ocasionando sensíveis barreiras a um maior desenvolvimento econômico, tendo em vista que a implantação de novas indústrias também está afeta à existência de um centro de formação de profissionais especializados. Contudo, permanecemos apenas na expectativa do preenchimento de tão importante lacuna e a falta dessa infra-estrutura implica na perda de valiosos e significativos investimentos de grandes grupos nacionais, que preferem buscar melhores condições de trabalho em centros urbanos mais privilegiados e conscientizados de tão indispensável necessidade, o que, conseqüentemente, solidifica a concentração de riquezas em determinados municípios e a estagnação de parcela considerável do próprio território paranaense. E a Cidade de Maringá possui hoje toda uma infra-estrutura necessária para que se implante uma Escola Técnica, pois além de beneficiar o município, dará oportunidade para que os jovens de toda aquela vasta região que não possuem condições de cursar uma universidade pelo menos, tenham a chance de escolher uma profissão melhor, e com isto pode aumentar o seu poder aquisitivo, pois sabemos que hoje, quem não possui uma profissão especializada, sofre com os baixos salários que lhe são oferecidos para trabalhar na lavoura, nas construções, e sempre enfrentando os serviços mais perigosos, pois são essas pessoas que mais sofrem acidentes de trabalho, que muitas vezes lhe custam a vida. Encaminhar cópias a Câmara Municipal, em especial ao Vereador Nereu Vidal Cesar de Maringá.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Mailson da Nóbrega, Digníssimo Ministro de Estado da Fazenda, solicitando o seu empenho no sentido de que seja solucionado o

problema de pequenos e médios empresários paranaenses, que não têm condições de pagar dívidas contraídas durante o plano cruzado.

Sala das Sessões, em 23.03.88.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

#### JUSTIFICATIVA:

Atendendo pedido de pequenos e médios empresários paranaenses e em especial aqueles da região dos Campos Gerais, apresentamos este requerimento visando sensibilizar o Ministro da Fazenda e solicitar o seu empenho no sentido de que seja solucionado o problema da impossibilidade de pagamento das dívidas contraídas na vigência do plano cruzado por estes empresários.

Trata-se de pessoas que, na boa fé, fizeram investimentos em suas pequenas e médias empresas, na época em que se imaginava uma inflação zero; conseguiram empréstimos a juros baixos, etc., porém, como a economia do País não tinha estrutura para suportar um congelamento a longo prazo dentro de alguns meses os preços dispararam, os juros elevaram-se assustadoramente e esses empresários foram os que mais sofreram as conseqüências do fracassado plano cruzado.

Diante disto, entrou em risco não apenas o patrimônio destas pessoas, mas, também, o emprego de milhares de trabalhadores destas empresas.

A nossa preocupação não restringe-se apenas ao Estado do Paraná, mas, também, aos mais de 3 milhões de micros e médios empresários brasileiros que padecem do mesmo problema e, no sentido de solucioná-lo, foram apresentadas emendas à Constituição anistando os débitos destes empresários referentes ao período do plano cruzado.

O Senador Mansueto de Lavoura (PMDB/PE) propôs emenda, na qual é cancelada a correção monetária aplicada em empréstimos de micro e pequenos empresários de todo o País, desde que o débito tenha sido contraído antes de 31 de dezembro de 1987. Para os médios empresários, a anistia seria assegurada a empréstimos concedidos de 28 de fevereiro de 1986 a 31 de dezembro do mesmo ano, quando foi instituído o Plano Cruzado. Já a emenda do Deputado Humberto Souto (PFL/MG) extingue o total de débitos dos micros, pequenos e médios empresários do Nordeste, sendo que a dívida não será transferida para o Tesouro Nacional, resultando em prejuízo para o banco financiador.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Doute Plenário, en-



vio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador Álvaro Dias, apelando para que sejam revistos os critérios de dotação de recursos às Casas de Estudantes Universitários, tendo em vista que os valores destinados a elas inviabilizam os propósitos para os quais foram criadas.

Sala das Sessões, em 23.03.88.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

#### JUSTIFICATIVA:

As Casas de Estudantes do Paraná, (CEU, CELU, LAC, CEUC, CENIBRA, CEUEL, CEUPG, LAJEL), abrigam atualmente, cerca de 1.000 (mil) estudantes, sem condições de manterem seus estudos por conta própria. De fato essas entidades têm tido importante função social de proporcionar condições a jovens carentes vindos do interior do Estado para frequentar cursos superiores.

Desde suas fundações essas entidades vêm recebendo ajuda financeira do Governo Estadual. Entretanto, em função da crise econômica, os valores estão extremamente defasados, haja vista, que a verba recebida no momento é de 750 mil cruzados, por estudante, quando o custo mínimo de moradia e alimentação é de 2 mil e 900 cruzados.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A.-BANESTADO, Doutor João Carlos Finardi, solicitando do mesmo, providências no sentido da criação de um posto avançado do referido Banco no Município de Cafeara, como uma extensão da agência do Município de Centenário do Sul.

O rápido e pujante desenvolvimento daquele Município do norte de nosso Estado está a exigir a presença do BANESTADO, como elemento fundamental para o incremento da atividade econômica, basicamente agrícola, de Cafeara.

Sala das Sessões, em 23.03.88.

(a) HOMERO OGUIDO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A.-BANESTADO, Doutor João Carlos Finardi, solicitando do mesmo providências no sentido da instalação da agência do referido Banco em Sertaneja em um prédio maior, que ofereça melhores condições de atendimento ao público.

O Banco Itaú encerrou as atividades de sua agência em Sertaneja, o que resultou em um considerável aumento do movimento da agência do Banestado. Surge daí a necessidade de ampliação das instalações físicas da agência.

Sala das Sessões, em 23.03.88.

(a) HOMERO OGUIDO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Doutor Heinz Georg Herwig, solicitando do mesmo medidas no sentido do asfaltamento do Aeroporto Municipal Vale do Paranapanema, em Centenário do Sul.

O desenvolvimento que vem transformando aquele Município do norte do nosso Estado está a exigir melhorias em seu aeroporto, dado o crescimento de sua utilização.

Sala das Sessões, em 23.03.88.

(a) HOMERO OGUIDO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, Doutor Delcino Tavares, solicitando do mesmo providências no sentido da reabertura do Posto de Saúde de Vila Casone, em Londrina.

A medida visa oferecer mais recursos para a assistência médica da população daquele populoso bairro londrinense, indo ao encontro de uma sentida reivindicação da comunidade.

Sala das Sessões, em 23.03.88.

(a) HOMERO OGUIDO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Diretor Geral do DETRAN, Doutor Jesus Sarrão solicitando do mesmo providências no sentido da instalação de Psicotécnico em Po recatu.

Naquele Município do Norte paranaense existem profissionais habilitados para realização daquele exame, tais como oftalmologista e psicólogo. Além disso, sem dúvida, tal medida irá facilitar em muito para a comunidade, a obtenção da Carteira de Habilitação.

Sala das Sessões, em 23.03.88.

(a) HOMERO OGUIDO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, Deputado Rubens Bueno, solicitando do mesmo, providências no sentido da liberação de recursos da ordem de Cz\$ 500 mil cruzados, destinados para a construção de uma creche no Distrito de Guaravera, Município de Londrina.

Vale salientar que a referida creche será mantida pela APOGUAR- Associação dos Produtores Rurais de Guaravera, em conjunto com a Igreja. Disso resulta que toda a alimentação será fornecida pelos produtores.

Tais fatores reforçam a necessidade de apoio efetivo e material para esta nobre iniciativa da comunidade daquele Distrito londrinense.

Sala das Sessões, em 23.03.88.

(a) HOMERO OGUIDO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja inserido na ata dos trabalhos da presente sessão, registro da matéria publicada pelo Jornal "O Estado do Paraná", do dia 18 de março de 1988, com o título "P.D.T., o partido de sete novos filiados por dia", onde ressalta as adesões que o P.D.T., vem conseguindo em todo o País.

Sala das Sessões, em 23.03.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 056/88

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual o Movimento Leigo APOSTÓLOS DO TERÇO, com sede e foro na Cidade de Curitiba;

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.03.88.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

De acordo com a Lei n. 6.994/78, estamos apresentando o Projeto de Lei que declara de Utilidade Pública Estadual, o Movimento Leigo APOSTÓLOS DO TERÇO, com sede e foro nesta Capital à Rua Cândido

Lopes n. 231, ap.71.

Fundado em 10 de março de 1987, com suas atividades em perfeito andamento, conforme comprova a documentação anexa, procurando toda a assistência estabelecida em seus Estatutos, contando com o apoio incondicional de toda a comunidade, de voluntários e principalmente de sua diretoria, tentando sempre desenvolver um trabalho voltado para o bem comum.

A entidade devidamente registrada sob n. 3637, do Livro A n. A-2 do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, Registro de Títulos e Documentos desta Capital, em 10 de março de 1987.

Declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei n. 7071/87, de 21 de outubro de 1987.

Seu Estatuto por si só traduz a elevada significância social da entidade, pois define seus objetivos específicos.

As razões aqui explícitas nos convencem da oportunidade do presente Plano de Lei, para o qual solicitamos o devido apoio dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI N. 057/88

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Residencial Águas Claras, com sede no Conjunto Residencial Águas Claras, localizado na Estrada da Ratada, no Município de Campo Largo.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.03.88

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

JUSTIFICATIVA:

A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO RESIDENCIAL ÁGUAS CLARAS, criada em 26 de março de 1983, no Conjunto Residencial Águas Claras, no Município de Campo Largo, tem como seu maior objetivo a defesa dos moradores e mutuários do conjunto, vai mais além, pois mantém uma creche para atender aos filhos dos casais cuja esposas trabalham fora, para ajudar com seus ganhos a manter o sustento do lar. A Associação tem também por objetivo, solicitar junto a prefeitura municipal, melhorias para o conjunto, além de fazer solicitações junto a TELEPAR, COPEL, SANEPAR, e outros órgãos Municipais, estaduais e federais, visando sempre pedidos que venham em benefício de toda a comunidade daquele conjunto residencial, dando uma demonstração de que os problemas devem ser vistos pela própria população residente no local, e não esperar que os outros venham ver o que eles realmente necessitam. Desta forma Senhor Presidente e Senhores Deputados,

nada mais justo que se conceda o título de Utilidade Pública para aquela entidade.

Termina de ler o Expediente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Ontem, a Assembléia Nacional Constituinte, numa votação histórica e com presença de todos os Deputados Constituintes, numa demonstração de civismo e até de respeito para com o eleitorado brasileiro, maciçamente, todos participaram de uma sessão histórica, tensa, e que definiria o regime de Governo do nosso País.

Há que se perguntar, Senhor Presidente e nobres Pares, o Presidencialismo, hoje, no nosso País, não vem dando certo, mas porque o Governo que aí está, pela falta de legitimidade, adota o Presidencialismo imperialista, o Presidencialismo autoritário, o Presidencialismo das negociatas. É claro que o povo brasileiro não quer mais isto! Mas, este mesmo povo não conhece, se ao mesmo tempo que o Presidencialismo não vem dando certo por ser imperialista e autoritário, o Parlamentarismo é desconhecido por grande parte da população deste País. É preciso que, como representantes do povo, retomemos as nossas verdadeiras prerrogativas, de legislarmos, de criarmos, num Parlamento como este, e no Congresso Nacional, normas e leis que deverão ser cumpridas e executadas pelo Executivo e conseqüentemente interpretadas pelo Judiciário.

Este momento, Senhores Deputados e nobres Pares, é um momento de indefinição para o povo e para o cidadão brasileiro. Nesta mesma Casa foi realizada uma pesquisa pela PERFIL, Pesquisa, Planejamento e Processamento de Dados de Florianópolis, onde manifestaram sua opinião cerca de 35 Deputados. Mas o que me causa não espanto e nem surpresa, ou até diria uma surpresa positiva, é o percentual dos nobres Pares, que afirmam nesta pesquisa que a vontade do povo brasileiro e do povo deste Estado é de votar para a Presidência do Brasil.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Nobre Deputado, seu tempo está esgotado e a Mesa lhe concede 30 segundos para concluir.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Muito obrigado.

Num dos itens, o mandato do Presidente José Sarney deveria ser de 4, 5 ou seis anos. E vejamos bem, nós que representamos a vontade popular deste Estado, a vontade desta gente, quase que 80% dos Deputados desta Casa querem eleição direta para a

Presidência da República este ano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Consulto o Deputado Edmar Luiz Costa se fará uso do seu tempo. (Declina)

Havendo declinado, consulto o Deputado Valderi Mendes Vilela. (Declina).

Havendo declinado, consulto o Deputado Paulino José Delazeri.

Com a palavra o Deputado Paulino José Delazeri.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - Senhor Presidente e Senhoras e Senhores Deputados.

Sem dúvida nenhuma a partir do dia de ontem a Nação Brasileira volta a viver a angústia e a perplexidade das decisões tomadas na Assembléia Nacional Constituinte.

Este povo Senhor Presidente e Senhores Deputados, que sempre foram fraudados na sua vontade durante toda a história deste País; os períodos anteriores à revolução golpista de 1964, o povo brasileiro pacífica e ordeiramente, se organizava para ter a justiça e a liberdade, que é o desejo maior desta Nação. O povo brasileiro queria, lutava e se organizava para fazer neste País valer a sua vontade, a vontade de ver esta Nação democratizada no Plano Social, econômico, político e institucional.

As reformas de base eram uma exigência da Nação Brasileira e as elites reacionárias e conservadoras convocaram também os setores reacionários e conservadores das Forças Armadas, do clero conservador e um braço econômico e político dos governos conservadores estrangeiros para impedir que a vontade desta Nação se concretizasse com a reforma agrária, administrativa, tributária, bancária, enfim, as reformas que sem elas este País não teria e nem tem, a menor possibilidade de se encaminhar para um processo de desenvolvimento social, econômico e político.

Veio a revolução em nome da salvação desta Pátria, em nome do anti-comunismo, e implantou-se a noite negra que vivemos por mais de 20 anos.

As forças de resistência, as forças da democracia buscaram o seu espaço, o seu instrumento partidário para encaminhar o prosseguimento da luta por estas reformas. Aglutinaram-se no Movimento Democrático Brasileiro. Movimento Democrático Brasileiro que em todas as oportunidades que a ditadura teve, impediu que o povo se manifestasse democraticamente repudiando o regime instalado no País.

Mas, este MDB que abraçou as bandeiras

do povo brasileiro e abraçou a bandeira da reforma e da democratização econômica, social, política e institucional teve o apoio do povo e em todas as oportunidades conseguiu se manifestar e se libertar das amarras, das leis autoritárias impostas nesse País pela ditadura, dos asseclas, dos apaniguados que administravam política, econômica e socialmente este País.

Em 1978 cerramos fileiras porque naquele ano completamos 18 anos, de ditadura cerramos fileiras no Movimento Democrático Brasileiro. Já assistíamos anteriormente as retundantes vitórias do povo brasileiro através do Movimento Democrático Brasileiro. As grandes vitórias eleitorais de 1974, de 1978, e de 1982.

E, Senhor Presidente e Senhores Deputados, nós acreditávamos que como instrumento da sociedade brasileira e paranaense do oeste do Paraná através do PMDB a partir de 1982, conseguiríamos colaborar para a efetiva mudança desta sociedade e candidatávamos à representação parlamentar na Assembleia Legislativa e em todos os palanques e todas as tribunas livres porque livre somos nós, pregamos durante toda a campanha de 1986 que vínhamos juntamente com o instrumento partidário chamado PMDB, por força da ditadura, para assegurar as conquistas do Governo do PMDB, as conquistas iniciadas no dia 28 de fevereiro de 1986 com o Plano Cruzado. Assegurar uma política econômica de distribuição de renda para resgatar da miséria milhões de brasileiros que durante o período autoritário tiveram suas famílias, seus irmãos, seus parentes, seus compatriotas massacrados por aquela política econômica. Vamos aos palanques Senhor Presidente e Senhores Deputados, dizer que corrupção nunca mais, dizer que os pemedebistas jamais se agachariam para beijar as botas do Poder do todo poderoso Executivo, dominado neste momento por um representante maior da ditadura. Senhor Presidente, Senhores Deputados, fomos ao palanque e dissemos que vínhamos em nome da reforma agrária, porque sem ela não existe nenhuma possibilidade da democratização da propriedade e desenvolvimento social e econômico. Fomos ao palanque, Senhor Presidente e Senhores Deputados, dizer que agora era a vez do povo brasileiro trabalhador, e do capital produtivo que nunca teve vez, e nunca pode se desenvolver neste País, a não ser os monopólios e oligopólios estrangeiros e alguns Nacionais.

Fomos ao palanque, Senhor Presidente e Senhores Deputados, para dizer que chegou a vez da Educação como instrumento de libertação deste povo, através da elevação da sua consciência crítica e através dos conhecimentos, fomos e dissemos que a saúde não seria mais manipulada pelos grandes

grupos privados estrangeiros. Senhor Presidente e Senhores Deputados, agora como Pemedebista, subo a esta tribuna para dizer que o PMDB, na sua maioria, no Congresso Nacional traiu-se e colocou as costas ao povo brasileiro. Nós precisamos entender, que dos Partidos de direita não esperávamos outra coisa, mas do PMDB, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que por mais de 150 votos na Assembleia Nacional Constituinte, se constitui frente ao Governo Federal, através de favores fisiológicos, através dos cargos prometidos e dos recursos empenhados, se agachou e traiu o povo brasileiro. Mas Senhor Presidente e Senhores Deputados, o PMDB, ele também é vítima, porque ao constataremos, ao lermos os nomes dos pemedebistas que traíram o povo brasileiro, ontem na Assembleia Nacional Constituinte, vamos comprovar que mais de 90% deles, são os mesmos que deram sustentação na ditadura militar e estiveram na UDN, quando UDN era Poder, que estiveram no PTB, quando o PTB era Poder, estiveram no PSB, quando o PSB era Poder. Portanto, eles não são PMDB, eles são Governo acima de tudo, porque do Governo eles só querem os privilégios.

Está aí um partido dizimado, desmoralizado perante toda a sociedade brasileira, mais de 80% do povo clama por eleições diretas para Presidente da República. Este povo que foi às ruas em 1984, não simplesmente para substituir um homem ou alguns homens no Poder. Implicitamente os movimentos das diretas de 1984, trazia no seu bojo, a vontade do povo de ver este País democratizado, econômica, social, política e institucionalmente. Este povo que foi derrotado no colégio eleitoral, que com toda sobriedade voltou às ruas para levar Tancredo Neves, a Aliança Democrática, e principalmente o PMDB ao poder para fazer estas reformas.

Este povo que ouviu as promessas em 1984 de que nós queríamos fazer a transição pacífica, ordeira, progressista e popular, para que desaguássemos em 1988 colocando o poder nas mãos de quem pertence, este poder que é do povo trabalhador e dos empresários que produzem neste País. Devolver ao povo o direito de decidir quem é que vai gerenciar os negócios, a vida política e a vida institucional deste País. Mas as elites recicladas da velha ARENA, do velho PDS que nós aceitamos de portas abertas num erro histórico que cometeamos vieram enlamear o PMDB, trair o povo brasileiro, promover o continuísmo e deixar o povo brasileiro indignado, revoltado. E agora este povo não tem outra saída.

Devo declarar deste Parlamento que durante os 487 anos de história do País, não

por mais de 15 anos, o poder esteve colocado em jogo para que o povo decidisse. O resto é história do autoritarismo, o resto é história da dominação reciclada das elites inteligentes que se locupletam com o Poder. Por isso não se esqueçam Senhor Presidente, Senhores Deputados, o povo pode demorar mas o povo voltará às ruas, voltará às praças, emergirá do campo, das universidades para através das suas ferramentas substituir essas elites corruptas que hoje estão no Poder no Governo Federal. Virão, e aí novamente as elites convocaram seus braços armados, os seus braços ideológicos, seja o exército, sejam as polícias, para reprimir este mesmo povo, mas este povo voltará para dar a resposta a essas traições que estão sendo impostas a uma Nação que só tem um desejo, só tem uma vontade, que é a de viver em paz, ver a prosperidade, ver a justiça social, ver a oportunidade. Não o que acontece hoje.

Está aí a revista "Senhor" da última semana mostrando que mais de 1 milhão de jovens entre 20 e 40 anos se evadindo do País em busca de oportunidades em outras pátrias, porque esta Pátria já não se encontra mais nenhuma possibilidade de ter a sua vida e a da sua família garantida. Mais de 1 milhão e 200 mil quadros humanos formados nas universidades porque só estes é que têm oportunidades nas outras nações. Quem estuda nas nossas universidades, e se forma nas nossas universidades, mandamos para fora do País, é o que melhor conseguimos trabalhar nesta Nação, desagregando famílias, sepultando definitivamente qualquer possibilidade de desenvolvimento sócio-econômico, por quê? Porque os melhores quadros técnicos e gerenciais estão se evadindo do País em função de uma política econômica que privilegia, única e exclusivamente, o Capital financeiro, os monopólios, os polígopólios, os setores produtivos exportador e o latifúndio. Esta é a composição deste governo. E é esta a composição que fez grande parte do PMDB ontem se ajoelhar e beijar a caderneta dos favores dos seus "Priscos Vianas", "malufistas", seus "Antônios Carlos Magalhães", "malufistas", digo até pior, porque tanto mal já causou na Bahia e ao povo brasileiro. E estamos vendo este triste círculo se estabelecer no Brasil.

Digo que não apoiarei as elites contra o povo, não apoiarei repressões contra os movimentos populares e sociais que haverão de emergir neste País, como única alternativa na busca de seus direitos, porque estas "elites", que aí estão negam, sistematicamente, este direito, através das manobras institucionais, através dos Parlamentares, tendo como carro chefe o Senhor José Sarney, manipulado por estes grandes grupos que são latifúndio, capital finan-

ceiro, os monopólios, oligopólios, setor exportador.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, queremos deixar, aqui, esta manifestação de indignação porque sabemos, como peemedebistas, o que vamos enfrentar, no que há de livre nesta terra, que são as ruas, que são as praças e que são os campos, aonde labutam os homens que estão entregando o fruto do seu trabalho para se promover lá no Planalto Central; a maior locupletação e o maior escândalo fisiológico já visto nesta Nação. E denunciaremos Senhor Presidente, Senhores Deputados, os peemedebistas que vieram ontem, reciclados para ter um espaço eleitoral, porque sabiam e tinham informações que o PMDB seria o grande vitorioso, porque era o carregador da bandeira da esperança. Eles vieram porque sabiam que o povo, mais uma vez, derrotaria, definitivamente, as forças da opressão, como o fez, elegeu em todos os Parlamntos do Brasil, maioria do PMDB. Só que não se apercebeu, e falhamos, ao deixarmos que tomassem conta desta nossa agremiação partidária, que era o grande instrumento do povo e era o instrumento dos que queriam mudança.

É isto, Senhor Presidente. É isto, Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Encerrado o Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulta a Liderança do PMDB se fará uso da palavra. (Declina).

Havendo declinado, consulta a Liderança do PDS se fará uso da palavra.

Com a palavra, o Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Sr. Presidente, nobres Sras. e Srs. Deputados.

A Nação acordou entristecida com o resultado da votação na Assembleia Nacional Constituinte, de ontem à tarde.

Foram sonhos acalentados por milhões de brasileiros, de Norte a Sul, desde os mais pobres aos mais poderosos, que acreditavam na solução de uma eleição direta para a legitimidade do mandato de Sua Excelência o Sr. Presidente da República.

Pobre povo brasileiro, que lhe foi roubada até a esperança, porque vive, efetivamente, o clima de "cambalacho" político, o clima que faz com que o brasileiro descreia nas instituições, na democracia, nos políticos e nos administradores. Ao se verificar o resultado da votação em Brasília, ontem, quer o Partido Democrático Social reafirmar a sua posição de Oposição, tanto a nível federal quanto a nível estadual, não aceitando, em nenhuma hipótese,

nem na hipótese de se negociar o voto por recursos, a decisão que dá a José Sarney, Presidente de Honra do PMDB e Presidente Honorífico do PFL.

Não aceito e reafirmo aqui a sua postura de Oposição, tanto a nível estadual quanto a nível federal.

O Sr. Antônio Belinati - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Apenas para lembrar a Vossa Excelência, que o autor da emenda presidencialista foi um peemedebista histórico, Senador Humberto Lucena. Então, creio que uma grande parcela desta vitória é do PMDB e não se pode dizer que é do PMDB que entrou ontem ou hoje no Partido, mas de gente que está no PMDB desde a fundação do Partido.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Eu lamento, efetivamente, que o País tenha caído neste embuste de discutir o Parlamentarismo e o Presidencialismo e efetivamente, como resultado dessa discussão, tenhamos um mandato de cinco anos para o Presidente da República.

Lamento, até porque se a mensagem do ex-Presidente João Figueiredo, tivesse sido aprovada nos idos de 1984, teríamos efetivamente eleição em 1988, entretanto o PMDB, naquela ocasião, pregava eleições diretas em todos os níveis, é de se perguntar, não só aos políticos do PMDB, - façamos justiça, mas aos políticos brasileiros de uma forma geral, onde está a lealdade, onde está a coerência, onde está a sinceridade dos políticos que ora pregam eleição direta e votam a favor da prorrogação de um mandato ilegítimamente obtido, segundo o próprio PMDB, pois foi através do Colégio Eleitoral, que o PMDB tanto repudiava na época.

Registrada a posição do Partido Democrático Social, quero comunicar à Casa que encaminhei emenda aditiva ao projeto do Governador do Estado, que visa eliminar a famosa URP dos salários dos funcionários públicos civis e militares do Paraná.

Faço-o, Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, porque o Governador do Estado tenta vincular o aumento do salário ao aumento da arrecadação do ICM.

Ora, esta tentativa do Governo do Estado irá, efetivamente, penalizar os funcionários públicos estaduais.

No mês de março, eles teriam um aumento na ordem de 1.8%, enquanto que nós sabemos que, pela característica da nossa economia, que é exatamente a característica da sazonalidade, em razão das safras que chegarão no Estado do Paraná e que irão abarrotar os cofres públicos de recursos, este efetivamente não é o caminho para a solução do problema do funcionalismo público, mais do que isso, Sua Excelên-

cia ao condicionar o aumento do funcionalismo público ao ICM, esqueceu de dizer que ele poderia condicionar o aumento do funcionalismo público ao aumento da receita orçamentária.

Nós temos pelo orçamento para 1988, a quantia de 202 bilhões de cruzados, segundo plano orçamentário de Sua Excelência, o Governador do Estado. Destes 202 bilhões de cruzados, 39.8% é referente a receita tributária, destes 39.8%, 96% efetivamente é a contribuição que vem aos cofres públicos, em razão do Imposto de Circulação de Mercadorias e é exatamente sobre estes 39%, que o governo quer condicionar o reajuste do salário do servidor público.

Entretanto, não quer Sua Excelência fazer com que, sobre o aumento da Receita total, recaia também aí sim, o aumento do servidor público, porque sabemos que além da Receita do ICM, temos a receita "Inter-vivos", Causa Mortis, IPVA, taxas, DETRAN, Polícia, Junta Comercial, 20% sobre custas judiciais, temos as Receitas patrimoniais do Estado, a Receita Agropecuária, a Receita Industrial, a Receita de Serviços, outras Receitas correntes, como multas, ICM, e as Receitas de Capital, as famosas operações de crédito.

O que é que ocorre no Estado do Paraná? E sempre foi assim, inclusive em Governos anteriores. Quando o Governo tem uma Receita pequena no início do mês e é obrigado, pela lei, a dar o reajuste ao funcionário público, o Governo do Estado faz uma operação de crédito, a chamada antecipação de Receita do ICM junto ao Banco do Brasil.

Entretanto Sua Excelência o Governador, em março ...

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Comunico ao nobre Deputado que o seu tempo está esgotado. Damos mais trinta segundos para que conclua.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Entretanto, o servidor público não pode fazer isto. Se o servidor público for recorrer a uma operação de crédito num Banco, pagar o juro de 32% ou ficar na mão de um agiota, como proliferam nas repartições públicas deste Estado, efetivamente o servidor público vai passar fome.

É o apelo que transmito à Liderança do Partido majoritário nesta Casa para que encontre uma solução que não penalize o já angustiado servidor público do Paraná.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Consulta a Liderança do PDT, se fará uso do seu tempo.

Com a palavra o Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Sr. Presidente, Srs.



Deputados.

Trago aqui, da coleção Alberto Pasqualini, o programa do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, para oferecê-lo à bancada nesta Casa e aos peemedebistas que em um tempo somaram com as forças democráticas e lúcidas da Nação; e também para ofertá-lo à assessoria do Governador Álvaro Dias, no que diz respeito a iluminar as suas decisões quanto a esta mensagem de aumento do funcionalismo público estadual, que pretende condicionar o mais vergonhoso arrocho salarial a uma decisão desta Assembleia.

Perde-se o Governador, porque declara que foi um momento de lucidez a Constituinte adiar as eleições que queria e que quer a população; perde-se o Governador porque manda a esta Casa um condicionamento do aumento e do reajuste do funcionalismo ao da Receita e ao mesmo tempo garroteia este funcionalismo, porque, se a Receita aumentar na proporção maior do que a URP, já não se dividirá com os funcionários a prosperidade mas somente o prejuízo.

Perde-se o Partido na hora em que a maioria dos Deputados, no Congresso Constituinte, embora votando certo pelo regime presidencialista, votaram de maneira errônea pelos cinco anos de mandato. Perdem-se todos que se ensandeceram e enlouqueceram este País.

É momento de se lembrar, à luz do passado, o programa, o Estatuto, o Código de Ética, a bandeira libertária que já não há.

É momento de se pedir aos Srs. Deputados do Paraná, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro e de todos os Partidos, que nos esforcemos em idéias básicas, como esta, por exemplo, que vai aqui quanto a distribuição de renda na letra morta para os que são de clichê, de jargão e de uso oficial.

Como premissa de sua política, o PMDB, ou como de toda política, todos devemos rejeitar como mentirosa a teoria segundo a qual, para promover o crescimento da economia, é preciso concentrar a renda e adiar a distribuição para um futuro que nunca chega. Há que se rejeitar também, a falsa suposição de que o regime autoritário e a supressão das liberdades sejam requisitos para o crescimento econômico. Há que se repelir, também, a idéia de que para combater a inflação seja imprescindível levar a economia à recessão, comprimir os salários, comprimir os salários e comprimir os salários. Aliás, apropriadamente a CUT imprime sob o logotipo do Governo Álvaro Dias, a força, que se destina a todos os funcionários.

O ponto de partida para uma política efetiva de distribuição de renda é a ele-

vação dos salários e a participação dos trabalhadores na renda nacional.

O PMDB da letra morta. O PMDB defende o salário móvel. Onde? O PMDB defende o salário móvel. Quando? O PMDB defende o salário móvel porque defendia quando tinha a dialética e agora que tem o poder não o defende. O PMDB considera que a reposição do poder de compra do salário deve ser feita cada vez que a elevação do custo de vida ultrapasse 10% como forma de evitar que a desvalorização da moeda anule os efeitos dos reajustes nominais sobre o poder aquisitivo dos trabalhadores.

Finalmente, há que se defender, também, como instrumento de proteção da remuneração dos trabalhadores e da maioria das suas condições de trabalho a promoção da estabilidade no emprego, a qual deve ser assegurada sem que se extinga o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Pois é. O PMDB defendeu o salário móvel; o PMDB defendeu as eleições diretas; o PMDB defendeu que a voz das praças, a voz das ruas, as bandeiras democráticas, generosas, libertárias e belas, fossem desfraldadas pelo futuro do País. Vai agora à prorrogação do que já está morto, segue, quem sabe, o cortejo do funeral de Tancredo Neves, tão caro ao PMDB, tão responsável. Muitas vezes aquela urna fúnebre, levada nos ombros do imenso carro fúnebre em que se transformou a TV Globo, tem sido o supedâneo dos poderosos de hoje. Segue este funeral. Cinco anos são passados, o "rei" está morto e ainda insistem em carregar o caixão. É triste porque há uma Nação moça, há uma Nação jovem, há uma Nação rica; uma Nação moça, jovem e rica que está sendo assassinada e que se transforma, repentinamente, no País dos miseráveis.

Há uma Nação moça, uma Nação jovem, uma Nação rica, há um País da esperança e do futuro, que nos roubam ainda uma vez; conseguem ser mais retrógrados do que o General Figueiredo, que marcava eleições para 1988; conseguem ser mais retrógrados que as cassandras do tempo da ditadura, que trabalharam o plenário do Congresso que não era Constituinte e nem tão legítimo, porque ainda era eivado de biônicos para fazer a vitória do Colégio Eleitoral, o fim das diretas, o sufocamento daquela esperança amarela que inundou as praças do Brasil todo na primavera das diretas que já perdemos.

Conseguem tudo isso e conseguem porque é tempo de quaresma, com a moeda dos trinta dinheiros que já não são os denários romanos que compraram o Cristo, mas as rádios e as estações de televisão que compram os modernos Constituintes.

Falava-se também, em peso de dólares. Fala-se em marajá. Fala-se tanto em mara-

já, dizem que somos marajás também. Será que os "marajás de Brasília" os "Judas de Brasília" foram pesados em ouro e em diamantes, ou quem sabe em dólares, ou quem sabe, em transistores de estações de rádio para que pudessem votar, traindo todos nós, traindo o Brasil dos moços, o Brasil da esperança.

E o nosso Governador, Srs. Deputados, vergonha! Vergonha maior! Nos cobre de vergonha porque tudo isso ele intitula: "Um momento de lucidez".

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Consulta a Liderança do PTB, se fará uso do seu tempo. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PL.

Com a palavra, o Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Nos gabinetes dos Srs. Deputados desta Casa, tem desfilado nos últimos dias um novo tipo de solicitação. São jovens e pais que nos procuram, diariamente, batendo à porta de nossos gabinetes, em busca de socorro para garantia de seus estudos.

A que ponto chegamos, Senhores? Que País é este, cujo cidadão jovem, rapaz ou moça, na ânsia do saber para produzir e trabalhar por nossa terra, transforma-se, de repente, no mendigo do ensino. Um retrato lamentável, sem dúvida, que revolta qualquer um, principalmente o cidadão que, desejando o melhor a seus filhos, buscou, ante a falência do ensino público, garantir-lhe a educação na escola particular.

Porém, os sonhos da Nova República, transformaram-se em pesadelo, a ponto de inviabilizar totalmente a escola pública pela falta de uma atenção adequada. E a escola particular por mecanismos que a estrangulam, obrigando ao repasse de situações econômicas incríveis a ponto de inviabilizar totalmente a educação.

Sr. Presidente, não é norma deste Parlamento abrir seus pronunciamentos revoltado contra esta situação, porém, como professor e cidadão, revolto-me hoje ante o que venho observando no desfilar dos corredores desta Casa e à porta dos gabinetes, de jovens em busca de socorro para conseguir continuar os seus estudos. Será que a Nação, de repente, despreza o esforço comum da educação para o próprio desenvolvimento?

Sinceramente, Senhores, não consigo entender esta inviabilidade criada pelo próprio Governo. A escola pública chegou aos níveis de falência graças à política de desestímulo que conseguiu plantar, principalmente no ânimo dos professores,

hoje mais preocupados em sobreviver, como todo brasileiro, que no preparar adequadamente uma aula para seus alunos.

Quem buscou a escola particular, esbarrou na crise econômica que, liberando mensalidades, permitiu que as escolas buscassem adequação à sua realidade, atingindo, por via de consequência, quem até então ainda pensava ter condições de manter um filho ou uma filha na escola.

Hoje, assistimos a miséria da educação criada pelo Governo por experiência sem planejamento que conduzem ao caminho onde fica difícil voltar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, de assistente social de luxo passamos infelizmente a ser também o muro das lamentações que a situação nacional vem criando.

Repito que, costumeiramente, não sou dado a rompantes e manifestações de revolta com maior ênfase, mas neste momento não posso me calar ao ver que estão sepultando a educação neste país, inviabilizando os brasileiros de se prepararem para o futuro. Que herança vamos deixar aos nossos filhos, se o governo cria os obstáculos intransponíveis através de mecanismos econômicos? Bolsas de estudos hoje procuradas em cada gabinete, não representam uma solução, mas apenas um paliativo. Além do mais, inviabilizado também em seu Orçamento, o Governo, especialmente o governo Federal, vem atrasando a liberação de recursos, pois sequer tem o dinheiro para pagar os salários com os quais se comprometeu.

Estamos, sem dúvida, em uma situação, na lamentável situação de, se parar o bicho pega, se ficar o bicho come.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero reafirmar da tribuna, a preocupação do Partido Liberal com a situação atual.

A educação é questão vital que não pode ser retardada por experiências frustrantes. Cabe ao Legislativo apontar soluções, e vamos nos unir nesta Assembléia Legislativa, para apontá-las. Pois, através da educação, está se provando mais do que nunca, que a capacidade de gerenciamento do problema está arrastando este país para um abismo. E o que é pior, matando a esperança de uma juventude que não pode perder a esperança em seus homens públicos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Consulta a Liderança do PT, se fará uso do seu tempo.

Como sempre, o Deputado Pedro Tonelli com a palavra.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores e Senhoras, companheiros Parlamentares, demais presentes.

Inicialmente eu gostaria de registrar a presença e saudar ao nobre Vereador do Município de Capanema, Danilo Martini, que prestigia a sessão de hoje; bem como, registrar e saudar a presença do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chopinzinho.

Nesta quarta-feira, percebemos ser a sessão das lamentações, a sessão do espremer.

Já faz tempo que o Brasil está rolando segundo a força e a vontade que não interessa ao povo brasileiro.

Estou propondo para esta sessão de hoje, que seja apreciada por este Plenário competente, desta Casa política, que assumamos uma posição coerente com a maioria do povo brasileiro, via requerimento subscrito por enquanto pelo PT e pelo PDT, aberto para quem quiser subscrever uma manifestação deste Plenário aos Constituintes, para que aprovem quatro anos para o atual Presidente José Sarney. Quatro anos e nada mais, porque os estragos cometidos contra o povo brasileiro já são suficientes. Quanto maior o seu mandato, maior o prejuízo que teremos, a sociedade como um todo, a recuperar.

As lamentações da tribuna que, certamente, nos preocupam, fosse qual fosse o resultado no dia de ontem, evidentemente o autoritarismo continuaria.

O Presidencialismo aprovado, certamente vai continuar sob a imposição da máquina administrativa palaciana. O Parlamentarismo desejado, continuaria o autoritarismo estampado no engodo que foi pregado durante toda a justificativa do Parlamentarismo não era o que foi dito, que era de fortificar e tornar democrático um Poder, mas sim era o temor de que se aprovadas as eleições diretas, o já escolhido futuro Primeiro Ministro não seria eleito pela população. Então era preciso garantir-lhe uma cadeira cativa. Por isto, queria-se o Parlamentarismo.

Da mesma forma, que se queria o Presidencialismo para que a máquina autoritária se reproduzisse com mais facilidade.

Portanto, a posição unânime do nosso Partido dos Trabalhadores, que foi pelo Presidencialismo, não foi porque concordamos com este Presidencialismo que está aí. Isto aqui não é Presidencialismo, é autoritarismo, é a reprodução dos autoritarismos militares que agora, com fachada de civis, com fachada de democratas, querem mostrar ao povo brasileiro que são bonzinhos.

Por isto não nos rebaixamos a alimentar mais uma falsa ilusão na cabeça da maioria do povo brasileiro que, certamente, estaria em dúvida com a implantação do Parlamentarismo e ficaríamos, a exemplo do que foi a Aliança Democrática, mais três,

quatro, cinco anos, para nos "tocarmos" e percebermos, com provas concretas, que um Parlamentarismo da classe dominante não é diferente de um Presidencialismo da mesma classe.

E gostaria também de comentar manifestações do representante peemedebista que ocupou a tribuna nesta sessão. Parte do que ele falou tenho que concordar. Mas outras não. Não concordo quando ele justificava dizendo que, ontem, começou a angústia do povo brasileiro. A angústia do povo brasileiro não é de ontem não. Já faz tempo, já faz muito tempo que a angústia do povo brasileiro está à flor da pele.

Gostaria, também, de acentuar a afirmação desse Parlamentar e dar-lhe razão, de que a culpa pelas mudanças que iludiram o povo brasileiro por exemplo: a reforma agrária, a reforma tributária, a reforma bancária, uma Constituinte democrática, a suspensão da dívida externa, o pacto social e a liberdade sindical, eu concordo com ele que é culpa do PMDB. O PMDB que assumiu a aliança democrática e este PMDB que tem 305 Constituintes, no meio de 559. Nisto eu tenho que concordar com ele, sim. E tenho que concordar com a incompetência peemedebista, apresentada inclusive nas votações de ontem.

O que eu estranho é que nas suas denúncias, quando denunciava Antônio Carlos Magalhães, os traidores, os negociadores e os torturadores desta Nação, não foi mencionado o grande grupo e governadores, entre eles o Governador do nosso Estado, que lá esteve para impor...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência informa que seu tempo está encerrado, concedendo-lhe 15 segundos, democraticamente, para o Senhor concluir o seu pronunciamento.

O Sr. Caíto Quintana - O Governador foi lá defender a mesma coisa que o seu Partido defende, que é o presidencialismo.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado, Senhor Presidente. Queria pedir desculpas ao nobre Líder da Bancada do PMDB, porque não tive tempo suficiente para conceder-lhe aparte e na próxima oportunidade o farei.

Gostaria imensamente que, a bem da Nação, a bem da verdade e a bem da nossa coerência com a vontade popular, demonstrada e provada publicamente, que nós aprovássemos e nos manifestássemos pelos quatro anos para o Presidente José Sarney.

Muito obrigado, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consulta a Liderança do PFL se fará uso

do seu tempo. Com a palavra, o Deputado David Cheriegate.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Ouvimos atentamente os pronunciamentos realizados aqui nesta tribuna, pelos Deputados que nos antecederam.

Em primeiro lugar, o Deputado Paulino José Delazeri, que com a sua juventude, com o seu extraordinário valor, demonstrou aqui todo o descontentamento com a aprovação ontem pela Constituinte, do Presidencialismo e do mandato do Presidente de 5 anos. Somente esqueceu-se o Deputado Paulino José Delazeri que o próprio Ministro das Comunicações tem reafirmado que as concessões de rádios sempre passam pela autorização dos governadores do nosso País. Esqueceu-se também o nobre Deputado que talvez a grande vitória que a Constituinte deu, ontem, principalmente ao Presidente José Sarney, foi em virtude da campanha encetada pelos governadores dos 22 Estados, eleitos em 1986, principalmente graças ao prestígio momentâneo do Plano Cruzado.

Queremos, nesta oportunidade, reafirmar aqui a nossa posição em favor do presidencialismo e dos 4 anos de mandato ao atual Presidente José Sarney. Acredito que aquela festa realizada pelos partidários de José Sarney, dos 5 anos, foi olhada pela população que assistiu tudo aquilo estarecida, porque enquanto lá, no Congresso comemoravam, o povo brasileiro sofria e derramava lágrimas de sofrimento em todos os rincões de nossa Pátria.

Realmente, a mudança que nós esperávamos não veio e a moralização tão prometida pelos Governos do PMDB também não veio e ontem, na CPI que investiga o escândalo do Banco Del Paraná, os Senhores Deputados, a imprensa que lá esteve, ficou estarecida quando sentiu que numa acareação com 4 ex-Diretores do Banco Del Paraná, num governo peemedebista de José Richa, o saldo de 57 milhões de guaranis, praticamente queimava na mão de todos os depoentes, porque não tinham condições de assumir a paternidade desse desfalque que foi cometido contra o Paraguai, mas principalmente contra os interesses da população paranaense e eu, mais estarecido fico, porque, em todos os momentos, como o Deputado Estadual, tenho apoiado as iniciativas de moralização administrativa do Governo Álvaro Dias, mas fico estarecido e começo a colocar dúvidas nessa ação, porque meus amigos, já está comprovado que no Governo Álvaro Dias, a Diretoria nomeada pelo Senhor Governador, instituiu novamente no Banco Del Paraná, o caixa 2, que hoje dizem, como João Finardi afirmou aos órgãos de imprensa do nosso Estado, que o caixa 2 desse

Governo é honesto e nós não podemos concordar com essa afirmação, porque o Caixa 2 tem um pecado de origem. Ele é uma fábrica de corrupção, porque não existe maneira de fiscalizar a ação de cobrança e muito menos, a sua destinação.

Agora, mesmo destituídos os Diretores, do Banco Del Paraná no Governo Álvaro Dias, fica perante todos nós a dúvida sobre a destinação desses recursos que foram colocados ao povo do Paraná, como lucro obtido pelo Banco Del Paraná, na gestão de 1987.

E as nossas dúvidas ficam maiores ainda, quando analisamos a Mensagem endereçada pelo Poder Executivo a este Poder Legislativo, quando o governador quer dar o reajuste ao funcionário público estadual, baseado na arrecadação desse nosso Estado. Será, Senhores Deputados, que o funcionário público, a partir de agora vai ter que fiscalizar os fiscais corruptos para aumentar a arrecadação do nosso Estado?

Será que o funcionário público do nosso Estado vai ter que ser penalizado pelo grande volume de recursos utilizados pelo atual Governo para aplicação nos órgãos de imprensa, não só do nosso Estado, mas por todo esse nosso País. Essa indagação eu deixo, na sessão de hoje, e peço aos Senhores Deputados, principalmente a Bancada do PMDB, para emendar essa Mensagem do Poder Executivo, concedendo como bem afirmaram aqui, vários Deputados, pelo menos o que o funcionário público do Estado do Paraná tem direito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Encerrado o Horário das Lideranças, passamos à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, ofício subscrito pelo Senhor Justo Eris Almada Insfran ao Senhor Presidente desta Casa, colocando-se à disposição da CPI do Porto de Paranaguá, para prestar informações ou declarações sobre sua gestão à frente do depósito franco-paraguaio e como administrador do Silo Paraguai em Paranaguá. Encaminhe-se à CPI do Porto de Paranaguá.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Caíto Quintana, Erondy Silvério, Luiz Alberto Oliveira, Basílio Zanusso, Rafael Greca, Ezequias Losso e Pedro Tonelli, na qualidade de Líderes do PMDB, PTB, PDS, PFL, PDT, PL e PT, constante do expediente, solicitando que as sessões ordinárias dos dias 29 e 30 do corrente mês, sejam destinadas a trabalho das Comissões. Aprovado.

A Mesa, com base na Resolução nº 2/71,

abre o prazo por 3 dias consecutivos, a contar do dia 24 do corrente mês, para oferecimento de Emendas à Proposição n° 10/88, Proposta de Emenda à Constituição Estadual, de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa e outros.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando Preferência de Votação para os Projetos de Lei n. 39 e 40/88, constantes da Ordem do Dia da presente sessão. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de Preferência de Votação acima aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 39/88 (Of. 252/88 do Tribunal de Contas do Estado anexado à Mensagem n° 39/88 do Poder Executivo) que objetiva alterar os vencimentos dos cargos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, visando ainda integrar a tabela no texto da Lei n° 8.671, de 21.12.87. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 40/88, oriundo do Anteprojeto de Lei elaborado pelo Tribunal de Contas do Estado, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal Efetivo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e adota outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, eu tinha pedido para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Eu já tinha passado para o item 1.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Eu gostaria de deixar registrado meu voto contrário, tendo em vista que nós gostaríamos de discutir esta matéria, porque nos dá a nítida impressão de que é incoerente com aquilo que sempre pregamos aqui, de que a criação e contratação de cargos, ela se dê por concurso público. Por isso eu quero que registre nosso voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Será anotado o seu voto contrário.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - É matéria vencida do Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Já está anotado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 55/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 82/85), que objetiva autorizar o Poder Executivo a alienar à TELEPAR, uma área de terreno medindo 2.900 m<sup>2</sup>, na Avenida Manoel Ribas, desta Capital, integrante do patrimônio do IAM e adquirida pelo Estado do Paraná conforme matrícula n° 3.769, da 1.<sup>a</sup> Circunscrição de Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, com EMENDA.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Pela Ordem - Senhor Presidente, eu gostaria de pedir à Mesa, inclusive o autor da Emenda Deputado Luiz Alberto Oliveira que merece o nosso maior respeito, como o assunto também merece o maior respeito, tanto que nos sentimos a vontade por estar trabalhando para que haja alteração desse Projeto que se encontra na Casa. No entanto, evocando o Artigo 140 § 5° do Regimento Interno, solicito à Mesa a não aceitação da referida Emenda no Projeto de Lei n° 55/85, porque é muito claro o nosso Regimento Interno no seu Parágrafo 5° quando diz: "Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta e imediata com a matéria da proposição principal". Para concluir,, o projeto visa uma autorização para alienação do imóvel e a emenda do nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira, embora mereça o maior respeito não trata sobre a matéria principal que está sendo votada, de modo que eu invoco este requerimento para que seja enviado para o corpo da matéria que se encontra nas comissões.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Pela Ordem - Eu solicito que Vossa Excelência proceda a leitura da Mensagem Governamental que objetiva alienar o imóvel da TELEPAR e igualmente do parecer que a minha Emenda já obteve favoravelmente nas comissões desta Casa, e que foi apresentado no momento adequado em termos regimentais. Parece-nos até que Sua Excelência, Deputado Caíto Quintana, da Liderança do PMDB, não está atento a este fato a não ser que a sua assessoria o tenha orientado de for

ma diferente. Trata-se de um projeto em tramitação, nesta Casa há mais de um ano.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - A Presidência esclarece que a Emenda que está em discussão consta do projeto assinada pelo Deputado Trajano Bastos. Foi aprovada.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Na comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Certo. É aprovada em Plenário em 2ª Discussão em 21 de março. Esta emenda de Vossa Excelência que é apresentada hoje...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - A emenda que apresentei com relação ao funcionalismo público foi em vista do fato Senhor Presidente, de ter sido lida a mensagem que retira do funcionalismo público as vantagens da URP em razão da mesma ter sido lida na sessão de 2ª feira passada. Eu solicitei que esta emenda fosse encaminhada à comissão competente. É este o problema que, efetivamente o Deputado Caíto Quintana não foi alertado. A emenda que está em votação agora, de minha autoria, é com relação ao projeto já em tramitação nesta Casa há 4 anos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - É procedente o vosso pedido em decorrência de números idênticos.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Pela Ordem- Senhor Presidente, eu gostaria de um esclarecimento maior, pois parece-me que conste emenda aditiva ao Projeto de Lei nº 55/85.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Eminentíssimo Deputado, eu gostaria de esclarecer a Vossa Excelência. É que o projeto anterior, um Projeto da TELEPAR, que trata de outro assunto é com relação ao exercício de 1986, e a Mesa deu o mesmo número porque este é o Projeto deste ano. O projeto anterior trata de um projeto da época da administração em que o Presidente da Casa era ainda o Deputado Trajano Bastos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência tem a informar que essa Emenda é ao Projeto 55/88.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela Ordem- Eu solicito a Vossa Excelência a leitura da Emenda.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - A Mesa defere e solicita do Senhor 1º Secretário, que faça a leitura da mesma.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Pela Ordem -

Apenas para esclarecer. O Projeto de Lei 55/85, é o que trata da doação e o 55/88 é o que o Deputado Luiz Alberto Oliveira pretende emendar. Então não há nenhuma dúvida sobre isso.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Pela Ordem- Parece-me que a Mesa precisa esclarecer ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - A Mesa já esclareceu. O número é, um nº 55/85, e outro é 55/88.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Pela Ordem- A Mensagem do Governador não foi aprovada pela C.C.J., e pelas demais comissões desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Pela Ordem, concedo a palavra ao Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu quero consultar à Mesa se a Emenda do Deputado Luiz Alberto Oliveira, então, não será votada no Plenário e sim encaminhada para o Projeto, que está nas Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Deverá ser encaminhada à Comissão para ser anexada ao Projeto, a Emenda nº 55/88.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Então Vossa Excelência não vai por em votação, como estava procedendo?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Não é objeto de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Está em discussão o Projeto de Lei e as emendas 55/85. Discussão. Votação. Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 01/88, oriundo do PARECER FAVORÁVEL, por unanimidade, da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS deste Poder, que aprova as Contas da ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, referente ao exercício de 1987. - Aprovado, artigo por artigo.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando dispensa de votação para Redação Final ao Projeto de Lei nº 39/88, que objetiva alterar os vencimentos dos cargos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado



do Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando dispensa de votação para Redação Final ao Projeto de Lei n° 40/88, oriundo do Anteprojeto de Lei elaborado pelo Tribunal de Contas do Estado, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal Efetivo do Tribunal de Contas. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Mateus de Souza, ocorrido no dia 22 de março do corrente ano, no município de Ponta Grossa. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ney Frederico Bilik, ocorrido no dia 12 de março do corrente ano, no município de Piraquara. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Milton Vasconcellos Prado, ocorrido no dia 17 de março do corrente ano. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 386/87, de sua autoria, sobre a Utilidade Pública do Centro Espírita Beneficente União do vegetal-Pré Núcleo Cosme e Damião. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência na tramitação do Projeto de Lei n° 249/87, de autoria do requerente e que dispõe sobre a criação do Conselho Deliberativo e Fiscal do Instituto de Previdência do Estado - IPE, e dá outras providências. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n° 41/88. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando seja dedicada a sessão ordinária de hoje à juventude, pelo transcorrer, nesta data, do seu "Dia Internacional". - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do município de Congonhinhas. - **Aprovado.** À Di-

retoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Agricultura, encarecendo a não importação de algodão em caroço, tendo em vista que tal fato prejudica sensivelmente os produtores de algodão cuja colheita está se realizando em nosso Estado. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n° 156/87, que visa tornar obrigatória a adoção do vale transporte pelo Poder Público. Em votação.

O SR. EZEQUIAS LOSSO (Pela Ordem) - Foi solicitado a inclusão do Projeto de Lei do Deputado José Alves, mas não foi esclarecido qual é o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência informa a seguir: - Ele requer a inclusão, na Ordem do Dia do Projeto de Lei 156/87, só a inclusão. Onde visa tornar obrigação a adoção do Vale Transporte pelo Poder Público Estadual. Foi APROVADO.

O SR. EZEQUIAS LOSSO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência fará a Verificação de Votação.

Senhores Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Doze Senhores Deputados aprovam, nenhum rejeita, não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 24, às 10:00 horas com a Ordem do Dia anunciada anteriormente.

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária, para logo após, com a Ordem do Dia, também, anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

11.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 1.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de março de um mil novecentos e oitenta e oito na sala de reunião das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Quielso Crisóstomo, mais a presença dos seguintes

Senhores Deputados: Alexandre Ceranto, Djalma César, Valderi Vilela, Homero Oguido, José Afonso e José Rogério. Havendo número legal o Senhor Presidente autorizou o início dos trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei n° 285/87, de autoria do Senhor Deputado Artagnão Mattos Leão, que autoriza o Poder Executivo a cancelar as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade incidentes no imóvel matriculado sob n° 9919 do 3° Ofício de Registro de Imóveis da Comar-

ca de Guarapuava. Relator Deputado Homero Oguido. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

WILSON PENKA

Secretário

e mais 4 (quatro) assinaturas ilegíveis.

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA  
BALANCE  
PERÍODO DE 01.01.88 a 29.02.88

ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE		CIRCULANTE	
CONTA CORRENTE	Banestado - c/3138.....	I.R. Fonte a Recolher .....	39.396,00
		Seguros a Recolher .....	20.580,00
			<u>59.976,00</u>
POUPANÇA		PATRIMÔNIO	
Banestado .....	90.105.783,94	Patrimônio Líquido .....	162.793.307,51
Bamerindus .....	110.922.254,96		
	<u>201.028.038,90</u>		
VALORES MOBILIÁRIOS			
Bamerindus c/Over Night .....	941.465,57		
EMPRÉSTIMOS		RECEITA	
Empréstimos Concedidos .....	9.590.328,18	Renda de Contribuições.....	2.632.650,00
	<u>211.679.640,30</u>	Renda de Títulos.....	52.225.037,48
		Juros de Empréstimos.....	<u>821.642,41</u>
			55.679.329,89
IMOBILIZADO			
Móveis e Utensílios .....	30,10		
DESPESAS			
Aposentados.....	6.772.303,00		
Serviços de Terceiros.....	78.240,00		
Materiais de Consumo.....	<u>2.400,00</u>		
	6.852.943,00		
TOTAL DO ATIVO .....	218.532.613,40	TOTAL DO PASSIVO.....	218.532.613,40

WERNER WANDERER Tesoureiro	ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO Presidente	VICENTE PASCHOAL RODACKI Contador CRC-PR 6635
-------------------------------	--------------------------------------	--